



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 050/2021

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Ao cumprimentar cordialmente Vossas Excelências, vimos submeter à apreciação da colenda Câmara Municipal o Projeto de Lei em anexo, o qual ***“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.090, DE 18.12.2015, QUE FIXA ÍNDICE E ESTABELECE CALENDÁRIO PARA REPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU”***.

Principiamos essa justificativa reportando o legislador aos motivos que deram ensejo a edição da aludida lei, constante da mensagem ao Projeto de Lei nº 051/2015, qual seja, a necessidade de atualização dos valores venais que formam a base de cálculo para o lançamento do IPTU.

Esclarecemos que a base de cálculo do IPTU é extraída de uma Planta Genérica de Valores, sendo a ferramenta utilizada para apurar o valor venal dos imóveis através do valor do metro quadro dos terrenos e do valor das construções.

Para tanto, como forma de recompor a Planta Genérica de Valores, restou instituído o índice de 6,46% para ser aplicado anualmente sobre a base de cálculo, a contar do exercício de 2017, de modo a possibilitar um aumento gradativo, ano após ano, pelo período de 20 anos ou vindo a perdurar até a instituição de uma nova planta.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

Contudo, decorridos cinco anos da sua vigência tem-se presente que a sua aplicação para o exercício de 2022 tende a onerar sobremaneira o contribuinte, vez que após a aplicação do índice de recuperação de 6,46% ocorre a incidência do índice para atualização monetária da base de cálculo, que no caso será de 10,73%, em conformidade com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É sem dúvida um ônus demasiado para o momento, vez que ainda vivenciamos os reflexos econômicos adversos decorrentes da pandemia do novo Coronavírus, o Covid-19, somado ainda aos efeitos da estiagem que pelo terceiro ano consecutivo assola o Município.

Lembramos que no exercício de 2021, o índice de atualização foi bem inferior, tendo o IPCA atingido a 4,31%, incidente sobre a base de cálculo já atualizada com o índice de recuperação de 6,46%, sendo ofertadas opções de desconto para pagamento a vista e ampliação do número de parcelas.

Porém, para o exercício de 2022 a manutenção dessa sistemática de atualização da base de cálculo, repetimos, será extremamente onerosa. Porquanto é de bom alvitre a adoção de medida tendente a minimizar essa situação, motivo que se propõe a revogação do índice de recuperação de 6,46% para o exercício de 2022, previsto na Lei Municipal nº 3.090/2015, em seu art. 1º, inciso VI.

Em contrapartida, desde já fica previsto o acréscimo de mais um ano para aplicação do índice de recuperação da Planta de Valores, através da inclusão do inciso XXI ao art. 1º da Lei Municipal nº 3.090/2015, ou seja, a previsão do índice de 6.46% para vigorar no ano de 2037.

Não obstante, o Município dará continuidade aos procedimentos para a completa atualização da Planta Genérica de Valores, já tendo sido concluídos os trabalhos de recadastramento de todos os imóveis da zona urbana. A próxima etapa, então, será a atualização do valor venal, a ser obtido através de critérios gerais que irão determinar a nova base de cálculo, de forma a se aproximar do seu real valor imobiliário.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

Por fim, cabe asseverar que no benefício proposto estão presentes os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, restando atendidas as condições que viabilizam o equilíbrio das contas públicas, consoante dispõe o artigo 14, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como permitida nos cálculos constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), em seu Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Ademais, em se aduzindo a necessidade de incremento de receita compatível com sedizente renúncia se destaca a previsão de arrecadação a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de prestadores de serviços e fornecedores de bens pagos pelo ente Municipal, em consequência da titularidade ora conferida aos Municípios face a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário nº 1.293.453, em sessão virtual na data de 08 de outubro de 2021.

Pelo exposto, fundamentado nas justificativas apresentadas, encarecemos a sensibilidade dos senhores edis na aprovação do presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 21 de dezembro de 2021.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI Nº 050/2021

Altera a Lei Municipal nº 3.090, de 18.12.2015,
que fixa índice e estabelece calendário para
reposição da base de cálculo do IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, no uso de suas
atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e
promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 3.090, de 18 de dezembro de 2015,
que fixa índice e estabelece calendário para reposição da base de cálculo do IPTU e dá
outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º
VI – (REVOGADO);

.....
XXI – 6,46% (seis virgula quarenta e seis por cento) em 2037.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, DE DE

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º ÀS FLS.
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
EM: / /

CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,
Secretário de Administração.